

STJ00115363

RODOLFO LOPES

# **A PROVA PESSOAL NA ERA DAS NOVAS TECNOLOGIAS**

PRODUÇÃO E VALORAÇÃO

Londrina/PR  
2022

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

Lopes, Rodolfo.  
**A prova pessoal na era das novas  
tecnologias: produção e valoração.** /  
Rodolfo Lopes. – Londrina, PR: Thoth,  
2022.

260 p.  
Bibliografias: 231-255  
ISBN: 978-65-5959-355-2

1. Novas tecnologias. 2. Meios de  
comunicação. 3. Oralidade. 4. Imediação.  
5. Prova testemunhal. I. Título.

CDD 341.46

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth  
**Revisão:** Josemeire Caetano da Silva.  
**Editor chefe:** Bruno Fuga  
**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago  
Caversan Antunes  
**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur  
Bezerra de Souza Junior

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual Civil : 341.46

**Conselho Editorial (Gestão 2022)**

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior  
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur  
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto  
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart  
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.  
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio  
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.  
Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão  
• Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp.  
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia  
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham  
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa  
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •  
Prof. Dr. Zulmar Fachin

1227750

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

# SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	9
ABREVIATURAS.....	13
PREFÁCIO.....	15
APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO.....	29

## CAPÍTULO 1

A INTER-RELAÇÃO ENTRE MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIREITO E PROCESSO.....	33
1.1 Noções preliminares sobre cultura e meios de resolução de conflitos.....	33
1.2 Interações entre os meios de comunicação e o Direito: o movimento pendular entre oralidade e escritura.....	38
1.3 A construção de um modelo oral de processo e sua relação com o contexto da sociedade.....	45
1.3.1 Seria a oralidade um requisito essencial ao processo?.....	50
1.3.2 Afinal, em que consiste a oralidade e qual é o seu significado atual? ...	54
1.4 É possível afirmar que o modelo de processo adotado pelo Código de Processo Civil de 2015 contempla a oralidade?.....	57
1.5 Novas tecnologias da informação e comunicação no âmbito dos meios de prova pessoal e a oralidade secundária: um pequeno esboço.....	60
1.6 Conclusões parciais.....	63

## CAPÍTULO 2

TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS E ATOS PROCESSUAIS TELEPRESENCIAIS: MUDANÇAS NO ÂMBITO DA PROVA PESSOAL.....	65
2.1 As influências da quarta revolução industrial na sociedade contemporânea .....	65
2.1.1 Uma necessária reflexão prévia: a Justiça é um lugar ou um serviço?..	70
2.1.2 O real, o (tele)presencial e o virtual.....	73
2.2 A possibilidade de realização de atos processuais em meio telepresencial.....	76
2.2.1 Delimitação do conceito de ato processual telepresencial .....	76
2.2.2 Do espaço físico ao intangível: a desmaterialização da sede do juízo como ambiente adequado à prática dos atos processuais telepresenciais .....	78
2.3 Meios de prova pessoal e oralidade secundária: o redimensionamento da imediação a partir do fomento ao devido processo nas audiências telepresenciais .....	83
2.3.1 A adequada definição dos contornos do direito de presença .....	85
2.4 O marco normativo da prática de atos processuais telepresenciais e alguns questionamentos decorrentes da repercussão das novas tecnologias .....	91
2.4.1 Antecedentes históricos: da década de 1970 ao ano de 2015 .....	91
2.4.2 A Lei n. 13.105/2015 (CPC de 2015).....	94
2.4.2.1 A primazia da realização do ato processual telepresencial em detrimento da produção da prova pessoal com o auxílio de cartas precatórias.....	95
2.4.2.2 A (im)possibilidade de utilização do meio eletrônico para a comunicação dos atos processuais às partes e às testemunhas residentes no exterior.....	103
2.4.3 As principais resoluções editadas pelo CNJ no contexto da pandemia de COVID-19 .....	109
2.4.3.1 Parâmetros para o exercício do poder normativo do CNJ: um debate ainda em curso.....	109
2.4.3.2 Resolução CNJ n. 337/2020: utilização dos sistemas de videoconferência no Poder Judiciário.....	111
2.4.3.3 Resolução CNJ n. 341/2020: disponibilização desalas para depoimentos em audiências por videoconferência.....	112
2.4.3.4 Resolução CNJ n. 345/2020: institui o “Juízo 100% Digital” .....	113
2.4.3.5 Resolução CNJ n. 354/2020: cumprimento do ato processual e da ordem judicial por meio eletrônico.....	114
2.4.3.6 Resolução CNJ n. 385/2021: criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” .....	114
2.5 Interlúdio: em que aspectos o meio de comunicação tecnológico altera a produção e a valoração da prova pessoal?.....	115
2.6 Conclusões parciais.....	116

## CAPÍTULO 3

### A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS DURANTE A PRODUÇÃO DA PROVA PESSOAL NAS AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS..... 119

3.1 As duas faces de Jano: o direito a um processo devido na era das novas tecnologias.....	119
3.2 O que há de novo no velho problema da incomunicabilidade das partes e das testemunhas? .....	121
3.2.1 Estado da arte .....	121
3.2.2 As principais questões suscitadas em decorrência da utilização do meio de comunicação tecnológico .....	125
3.2.3 Decisões sobre o tema.....	128
3.3 Afetação de direitos fundamentais processuais durante a produção de atos processuais telepresenciais .....	131
3.3.1 Breves observações sobre a relevância dos direitos fundamentais processuais no modelo de processo atual.....	132
3.3.2 Acesso à justiça .....	134
3.3.2.1 Noções gerais.....	134
3.3.2.2 O alcance da <i>internet</i> no Brasil e suas repercussões no acesso à justiça.....	136
3.3.2.3 O problema da exclusão digital e a busca por respostas institucionais.....	139
3.3.2.4 Decisões sobre o tema.....	143
3.3.3 Contraditório e ampla defesa.....	146
3.3.3.1 Decisões sobre o tema.....	151
3.3.4 Publicidade.....	161
3.3.4.1 Noções gerais.....	161
3.3.4.2 A distinção entre publicidade <i>off-line</i> e publicidade <i>on-line</i> no contexto das novas tecnologias de informação e comunicação.....	164
3.3.4.3 Conflito entre publicidade processual e direito à proteção de dados nas audiências telepresenciais à luz da Lei Geral de Proteção de Dados: uma proposta conciliatória.....	168
3.3.5 Duração razoável do processo, economia e eficiência processuais....	178
3.3.5.1 Noções gerais.....	178
3.3.5.2 De que modo o meio de comunicação tecnológico auxilia na concretização desses princípios?.....	181
3.3.5.3 Decisões sobre o tema.....	183
3.4 Conclusões parciais.....	184

## CAPÍTULO 4

HEURÍSTICAS E VIESES COGNITIVOS NA VALORAÇÃO DA PROVA PESSOAL: POSSÍVEIS REPERCUSSÕES CAUSADAS PELO MEIO TECNOLÓGICO.....	187
4.1 Considerações iniciais: uma mente intuitiva.....	187
4.2 A psicologia cognitiva e as contribuições de Daniel Kahneman e Amos Tversky para o estudo da tomada de decisão.....	188
4.2.1 Algumas observações prévias sobre a psicologia cognitiva.....	188
4.2.2 Como funciona a mente: os dois sistemas de pensamento.....	190
4.2.3 O que são heurísticas e vieses cognitivos?.....	192
4.3 O juiz, as heurísticas e os vieses cognitivos: contextualizando o problema.....	193
4.3.1 Estaria o juiz à margem dos atalhos cognitivos?.....	193
4.3.2 Principais heurísticas e vieses cognitivos que podem incidir na valoração da prova pessoal.....	195
4.3.2.1 Heurística da disponibilidade.....	195
4.3.2.2 Heurística da representatividade.....	197
4.3.2.3 Heurística da afetividade.....	199
4.3.2.4 Vieses (ou preconceitos) implícitos.....	204
4.3.3 O comprometimento da imparcialidade pelo enviesamento do juiz: delimitação do problema e suas possíveis soluções.....	206
4.4 Possíveis repercussões causadas pelo meio tecnológico nas heurísticas e vieses cognitivos incidentes na valoração da prova pessoal.....	211
4.4.1 “Esgotamento do ego” e <i>Zoom fatigue</i> : um convite aos atalhos cognitivos.....	212
4.4.2 Mitigação da heurística da afetividade e dos vieses implícitos nos atos processuais telepresenciais.....	215
4.4.3 Problemas de conexão, descompasso entre áudio e vídeo e aferição da credibilidade das declarações.....	219
4.4.4 O meio tecnológico e a valoração dos sinais paraverbais das partes e testemunhas: qual é a função epistemológica reservada à imediação?.....	220
4.5 A título de conclusão: alguns critérios para diminuir a ocorrência de vieses cognitivos na valoração da prova pessoal.....	223

CONCLUSÕES.....	227
REFERÊNCIAS.....	231
POSFÁCIO .....	257